

Glossário

Junta Militar: Conselho composto pelos comandantes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea) que, em 24 de março de 1976, derrubou o governo constitucional de Isabel Martinez e assumiu o poder estabelecendo a ditadura que durou até 1983. O Tenente-General, Jorge Rafael Videla, foi nomeado presidente.

Praça de Maio: Praça histórica, localizada no centro da cidade de Buenos Aires, que foi cenário de muitas passeatas e dos principais acontecimentos do país.

Mães da Praça de Maio: Nome dado ao grupo de mães de detentos-desaparecidos durante a ditadura de 1976-1983 que, em 30 de abril de 1977, começaram a se juntar semanalmente na Praça de Maio -em frente à sede do governo nacional- para exigir informação sobre o paradeiro de seus filhos, tornando-se um dos mais importantes baluartes de resistência ao terrorismo de Estado. Em 1986 dividiram-se em duas organizações: Associação Mães da Praça de Maio e Mães da Praça de Maio-Linha Fundadora.

Avós da Praça de Maio: Organismo de direitos humanos, criado em 22 de outubro de 1977 dentro do grupo das Mães, entre aquelas que procuravam suas filhas grávidas ou seus netos seqüestrados. Graças ao seu trabalho, até Outubro de 2014, tinha sido restituída a identidade de 115 crianças de um total de cerca de 500 que estão sendo procuradas.

Marcha da Resistência: Protesto de 24 horas de duração, na Praça de Maio -convocado desde 1981- que se realiza em dezembro de cada ano, em homenagem às três mães fundadoras que foram sequestradas em 1977. Todos os anos, são proclamadas diferentes reivindicações dos movimentos de direitos humanos.

CGT "Brasil": Uma das duas organizações nas quais se dividiu, durante a ditadura, a Confederação Geral do Trabalho, CGT (histórica central sindical da Argentina). Esta corrente, caracterizada por sua forte oposição ao governo militar e pela defesa dos direitos trabalhistas mínimos, organizou importantes passeatas em contra da ditadura, em 1981 e 1982, sob o lema "Paz, pão e trabalho".

"Multipartidária": Aliança política, formada em 1981, por vários partidos (Justicialista, Intransigente, União Cívica Radical, Democrata Cristão e Movimento de Integração e Desenvolvimento) criada para pressionar o governo militar para que começasse a transição à democracia, convocando passeatas e movimentos populares. Dissolveu-se em Dezembro de 1983.

Relatório "Nunca Mais": A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) foi criada pelo presidente Raúl Alfonsín em 15/12/1983, para investigar as violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura. A pesquisa produziu 50.000 páginas de documentos, refletidos no Relatório Nunca Mais, onde se argumenta que os direitos humanos foram violados pela repressão Estadual, de forma sistemática e organizada, através de uma metodologia de terror planejada pelos militares.

Julgamento das Juntas Militares: Processo da Justiça Civil em contra das três primeiras Juntas Militares que governaram o país, desde o golpe de Estado de 1976, ordenado pelo presidente Raúl Alfonsín devido às graves e massivas violações aos direitos humanos cometidas nesse período.

Levantamentos "carapintadas": Nome dado às revoltas militares produzidas entre 1987 e 1990 contra os governos constitucionais de Raúl Alfonsín e Carlos Menem, para forçar o fim dos julgamentos contra os opressores. Os soldados que participaram destas revoltas pintavam os rostos de preto, por isto, chamaram-se "carapintadas". Seus principais líderes foram Aldo Rico e Mohammed Ali Seineldín.

Convenção Constituinte: Órgão formado por representantes diretos do povo soberano, com o poder de modificar a Constituição. Entre Maio e Agosto de 1994 reuniu-se nas cidades de Santa Fé e Paraná introduzindo importantes mudanças à Constituição Nacional.

Lei de Ponto Final: Estabeleceu a paralisação dos processos judiciais contra os autores das detenções ilegais, torturas e assassinatos ocorridos durante a ditadura militar.

Lei de Obediência Devida: Estabeleceu a presunção de que os feitos cometidos pelos membros das forças armadas, durante a ditadura, não eram puníveis por terem agido em virtude da obediência devida aos seus superiores.

"Escrachar": Em 1995, os filhos e filhas de desaparecidos e assassinados, formaram uma organização de direitos humanos para combater a impunidade. Eles estabeleceram uma prática conhecida como "escrache", uma demonstração pública, nas casas e lugares de trabalho dos repressores, que visava tornar suas identidades públicas, de modo que não conseguissem esconder seu passado de ninguém.

Julgamento pela Verdade: Inquérito judicial sem fins criminosos, produto da iniciativa de Emilio Mignone, presidente do Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS), que argumentou que as leis que impediam processar os responsáveis pela repressão não revogava o direito de cada família à verdade.

Caso Poblete - Hlaczik: Julgamento onde foram processados os expropriadores de Claudia Victoria Poblete, filha dos desaparecidos José Poblete e Gertrudis Hlaczik, a partir do qual o Supremo Tribunal Federal, em 2005, declarou que as leis de impunidade eram inválidas e inconstitucionais.

Caso "Batalhão 601": Nome dado ao julgamento onde foram processados alguns membros do "Batalhão 601", máximo organismo de inteligência do Exército Argentino, composto por 5.000 atores civis e militares. Constituiu um dos mais ativos dispositivos de produção de informação e execução de operações clandestinas durante a ditadura, espalhando o terror em todo o país e em vários outros da América Latina.

Massacre de Fátima: Assassinato de 30 pessoas (20 homens e 10 mulheres) que ocorreu na manhã de 20 de agosto de 1976. Seus corpos, crivados de balas e dinamitados, apareceram no subúrbio de Fátima (no distrito de Pilar, em Buenos Aires). Todos eles foram detidos em operações ilegais e mantidos presos clandestinamente na Superintendência de Segurança da sede da Polícia Federal, no coração da capital argentina.

Caso "A Escolinha de Neuquén": Caso que investiga os crimes contra a humanidade cometidos no centro clandestino de detenção localizado no Batalhão de Engenheiros da Construção 181, do Exército Argentino, no sul da cidade de Neuquén.

Caso "Campo de Maio": É o maior caso judicial sobre crimes contra a humanidade. Investiga os crimes cometidos numa importante área militar, localizada a 30 quilômetros da capital argentina. Durante a ditadura funcionaram, lá, quatro centros clandestinos de detenção e uma maternidade clandestina, sob a direção do Comando de Institutos Militares do Exército. Mais de cinco mil pessoas passaram pelo Campo de Maio, a grande maioria está desaparecida e quase não há sobreviventes.

Caso "ABO": Julgamento dos crimes cometidos em três centros clandestinos de detenção ("Clube Atlético", "O Banco" e "Olimpo"), todos localizados na Cidade de Buenos Aires, que inclui 181 privações ilegais da liberdade e torturas, que ocorreram entre 1976 e 1979, no circuito repressivo do Primeiro Corpo do Exército sob o comando do General Carlos Suárez Mason e de Jorge Olivera Róvere.

Haroldo Conti: Escritor e ativista sequestrado e desaparecido pela ditadura civil-militar, em 05 de maio 1976. Nascido em 1925, na província de Buenos Aires, era um seminarista dos Salesianos. Trabalhou como ator, banqueiro, formou uma sociedade de transportes, foi piloto civil, estudou literatura e foi professor. Também se aventurou na indústria cinematográfica. Escreveu contos e romances. Militou no PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores) e no FAS (Frente Anti-Imperialista pelo Socialismo).

Martín Gras: Preso político desde 1971 até 1973, anistiado, nesse ano, pelo governo democrático de Héctor J. Cámpora. Testemunha no caso ESMA, esteve detido aqui desde janeiro de 1977 até agosto de 1978. Foi membro das organizações FAR/Montoneros.

Rodolfo Walsh: Escritor, jornalista e militante do Peronismo e de Montoneros. Morto em 25 de março de 1977, quando resistia ao seu seqüestro por uma Força-Tarefa da ESMA. Autor de Operação Massacre, Quem matou Rosendo? e Carta de um Escritor à Junta Militar, entre outros textos. Em 1976, criou a Agência de Notícias Clandestina (ANCLA) e a "Cadeia Informativa" instrumentos de imprensa clandestinos através dos quais denunciava a repressão ilegal.